

PROTOCOLO Nº 178
Data 08/11/11 15:45 Horas
Amaloula
Serviço de Expediente



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Encaminhe-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação
em 08/11/11

Presidente

Projeto de Lei nº Anápolis, GO, 07 de novembro de 2011.

Dispõe sobre a afixação de placas nas áreas públicas municipais onde deverá ser afixadas e mantidas informando serem de propriedade do Município de Anápolis.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e, eu, PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica determinado que em todas as áreas públicas municipais deva ser afixada e mantida placa informando serem de propriedade do Município de Anápolis.

Parágrafo Único- A placa de que trata o caput do artigo 1º deverá ter as cores da cidade, ser afixada e mantida pelo usuário da área pública, com dimensão de no mínimo de 2m x 1m (dois metros por um metro) e deverá estar num lugar visível para a população transeunte.

Art. 2º - Nas áreas públicas ocupadas por particulares ou instituições deverá constar da placa os seguintes dados:

- I - a natureza pública da propriedade;
- II - a identificação do usuário a quem foi outorgado a concessão, permissão ou autorização, e a finalidade do uso da área;
- III - a data da concessão, permissão ou autorização, seu uso e o número do dispositivo legal que autorizou o uso da área pública;
- IV - a extensão da área em questão;
- V - a justificativa de interesse público ou a contrapartida prestada pelo particular ou instituição pelo uso da referida área;
- VI - o respectivo número cadastral.

Art. 3º - O Poder Executivo definirá o órgão responsável pela notificação e fiscalização do disposto nesta Lei que deverá ser implantado no prazo máximo de 06 (seis) meses a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - O não cumprimento do disposto nesta Lei após vencido prazo definido no artigo anterior, implicará no automático cancelamento da concessão, permissão ou autorização.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário e observadas as exigências da Lei Federal de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.



JOÃO FEITOSA
VEREADOR
PP



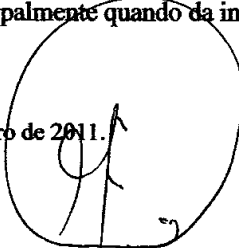
CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei disponibiliza aos munícipes uma transparência acerca das áreas disponibilizadas para que seja empreendidos projetos de alcance social.

Com o cadastramento das áreas publicas em nosso município demonstrará e dará instrumento para fiscalização de toda a nossa cidade, com prioridades para a adaptação de obras, principalmente quando da implantação do PPA.

Sala das Comissões, 07 de novembro de 2011.



JOÃO FEITOSA
VEREADOR
PP